



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



O PAPEL DO PROFISSIONAL DA SAÚDE NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL

Deborah Diogo Guedes ¹

Julia Kimie Shakihama Interaminense ²

Milene Cássia Prado Silva Figueredo ³

Paola Rodrigues Souza ⁴

Eleno Marques de Araújo ⁵

Resumo: A violência infanto-juvenil é um problema complexo, que acarreta consequências imediatas e de longo prazo para a saúde do indivíduo e também para a saúde pública.

Objetivo: identificar o papel do profissional da saúde no enfrentamento à violência infanto-juvenil no Brasil. **Metodologia:** Revisão bibliográfica na plataforma BVS (Biblioteca virtual de Saúde), e uso do instrumento PRISMA para elegibilidade de conteúdo.

Resultados e discussões: Foram selecionados cinco artigos que identificaram os tipos mais frequentes de violência infanto-juvenil, caracterizaram o papel do profissional de saúde na assistência à vítima de violência infantil como elemento crucial na identificação e interrupção do ciclo de abuso. Além disso, levantou-se os desafios encontrados na atuação profissional de saúde no enfrentamento a violência infantil. **Conclusões:** Os profissionais de saúde possuem o compromisso essencial de ajudar as crianças e adolescentes na garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Violência. Infanto-juvenil. Profissionais de saúde.

INTRODUÇÃO

A definição de violência pela Organização Mundial de Saúde consiste no uso intencional de força física ou poder, tanto real quanto em ameaça, direcionado a si próprio,

¹ Discente do 3º semestre do curso bacharelado em Medicina – UNIFIMES. Email: deborahdiogo@hotmail.com

² Discente do 3º semestre do curso bacharelado em Medicina – UNIFIMES

³ Discente do 3º semestre do curso bacharelado em Medicina – UNIFIMES

⁴ Discente do 3º semestre do curso bacharelado em Medicina – UNIFIMES

⁵ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNADES – PY. Acadêmico do nono período do curso de direito da UNIFIMES. Professor titular na UNIFIMES



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



outra pessoa, grupo ou comunidade, com potencial significativo de causar lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2016).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído no Brasil em 1990 pela lei nº 8.069, sendo um marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. (BRASIL,1990).

O ECA inspirou o direcionamento da rede de atenção as vítimas de violência infanto-juvenil também aos setores de saúde a partir da criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), que aborda em um de seus eixos temáticos a prevenção e atenção integral à violência contra a criança e ao adolescente. Nessa perspectiva, este trabalho objetivou-se a identificar o papel do profissional da saúde no enfrentamento à violência infanto-juvenil no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo de revisão bibliográfica, com coleta de dados pelo uso dos descritores “violência”, “infanto-juvenil”, “profissionais de saúde”, na plataforma BVS (Biblioteca virtual em saúde). Os critérios de inclusão foram: título, publicação nos últimos a 10 anos, texto completo gratuito e idioma português. Foram excluídos dos resultados, qualquer tipo de produção que não pudesse ser categorizada como artigo científico ou que não possuíssem dados completos. Para a elegibilidade dos dados, utilizou-se o instrumento PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), que compreende as etapas: identificação de material, triagem, elegibilidade e inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados um total 34 artigos, dos quais, 5 foram selecionados para fundamentarem os resultados deste trabalho em conformidade com o objetivo proposto e critérios de inclusão.

QUADRO 01 – Artigos inclusos na revisão para análise de dados e discussão de resultados

Nº	Autor	Ano	Título
01	SOUZA et al.	2014	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA e a notificação da violência infanto-juvenil, no Sistema Único de Saúde/SUS de Feira de Santana-Bahia, Brasil





VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



02	FLORENTINO, B.R. B	2014	Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS
03	COSTA et al.	2015	Concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes
04	FRANÇA, C. P.	2017	Um corpo maculado na infância: a necessidade de intervenção precoce dos profissionais de saúde
05	SCHEK et al.	2018	Práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes

Fonte: Autores, 2023

Há muitos dados epidemiológicos que mostram que crianças e adolescentes são os mais vulneráveis à violação de seus direitos, o que pode afetar sua saúde física, mental e emocional de maneira direta ou indireta. É importante que profissionais de saúde possuam competências e habilidades para lidar com esses casos de violência contra esse grupo. (ARAGÃO et al., 2013; CECILIO; SILVEIRA, 2014).

O profissional de saúde está em permanente contato com a parcela infanto-juvenil e com os familiares, seja na unidade de saúde ou domicílio. Esses espaços são ideais para identificar sinais e sintomas de maus-tratos, além de permitir promover e prevenir cuidados necessários de combate à violência (COSTA et al., 2015).

Florentino (2014) concluiu que o trabalho dos profissionais de saúde frente aos casos de abuso sexual contra a criança consiste em um desafio complexo, por não ser possível adotar um modelo padrão de intervenção profissional diante da complexidade e múltiplas causas envolvidas nas situações de abuso sexual. Para cada caso, há exigência de atendimento e acompanhamento distintos em termos de estratégias, atividades, encaminhamentos e duração.

O ambiente de violência é sombrio para crianças e adolescentes, gerando repercussões muitas vezes irreparáveis à sua vida. França (2017) destacou o quão ínfimo é o número de vítimas que têm acesso a um tratamento psicoterápico, enfatizando a realidade encontrada nos serviços de saúde do Brasil, ainda propôs a instrumentalização teórica e técnica dos profissionais.

No sistema de saúde, profissionais monitoram violências contra crianças e adolescentes, notificando casos suspeitos ou confirmados no Sistema de Vigilância de Acidentes e Violência do Ministério da Saúde. Essas notificações são encaminhadas para a instância de referência e denúncias aos Conselhos tutelares no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente. Assim, os profissionais também se tornam representantes de proteção. (SOUZA et al, 2014).



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



Sheck et al. (2018), observou os desafios dos profissionais de saúde frente a violência infanto-juvenil, concluindo que as práticas são limitantes apenas ao atendimento dos agravos físicos, com subnotificações dos registros de atendimento e dos casos suspeitos ou confirmados. Além de, o sistema de referência ser amplamente utilizado por alguns profissionais, como uma transferência de responsabilidade pela proteção das vítimas para outros. Acredita-se que o excesso de referenciamentos pode levar à falta de registros formais, impedindo o monitoramento das vítimas e suas famílias, mesmo após receberem os encaminhamentos necessários, o que agrava a saúde de crianças e adolescentes, pois eles podem continuar sofrendo agressões, abusos e negligências, pois provavelmente, continuarão a conviver com agressões, atos abusivos e negligentes..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, verifica-se a importância da atuação dos profissionais de saúde no combate à violência infanto-juvenil. Os funcionários ligados a esse setor possuem a responsabilidade de observar com atenção a situação de cada um dos pacientes que busca atendimento nos serviços de saúde, considerando os casos, em que por medo ou vergonha, a violência não será constatada abertamente pelas vítimas. Cabendo aos profissionais a devida notificação, aos órgãos responsáveis, em situações de abuso.

Conclui-se, que os funcionários ligados ao setor da saúde possuem o compromisso essencial de ajudar as crianças e adolescentes que se encontrem nessas condições, haja vista que tais indivíduos possuem direitos e devem ser tratados com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ailton de Souza; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho Ferriani; VENDRUSCOLLO, Telma Sanchez; SOUZA, Sinara de Lima; GOMES, ROMEU. Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica. Rev. Latino-Am. Enfermagem, v. 21, 2013

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: LEI Nº8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990 - NOVAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 30 de março de 2023.



PESQUISA
UNIFIMES



Diretoria
de Inovação e
Empreendedorismo



VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar V Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar IV Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES

2023

08 A 10 DE MAIO

A Pesquisa e o Desenvolvimento Regional Aliados ao Empreendedorismo



CECILIO, Sumaya Giarola; SILVEIRA, Renata Cristina da Penha. Caracterização do trabalho de menores de uma escola estadual de divinópolis-MG. Rev. Ciencia y Enfermeria, v. 20, n.1, p. 47-59, 2014

COSTA, Dayse Kalyne Gomes da; REICHERT, Lucas Pereira; FRANÇA, Jael Rúbia Figueiredo de Sá; COLLET, Neusa. Concepções e práticas dos profissionais de saúde acerca da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Revista Trabalho educação em saúde, v.13, n.2, p.79-95, 2015.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérnago. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. Rev. Psicol. Fractal, v.26, n.1, p.59-70, 2014

FRANÇA, Cassandra Pereira. Um corpo maculado na infância: a necessidade de intervenção precoce dos profissionais de saúde. Pesqui. prá. psicossociais, v. 12, n. 3, p. 1-10, 2017

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). INSPIRE: Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças. Washington: PAHO/OMS, 2016.

SCHEK, Gabriele; SILVA, Mara Regina Santos da; LACHARITÉ, Carl; VAZ, Marta Regina César; BUENO, Maria Emília Nunes; VENTURA, Jeferson. Práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Rev. Texto & Contexto Enfermagem, v. 27, n. 1, p. 1-8, 2018

SOUZA, Camila dos Santos; COSTA, Maria Conceição Oliveira; ASSIS, Simone Gonçalves de; MUSSE, Jamilly de Oliveira; SOBRINHO, Carlito Nascimento; AMARAL, Magali Teresópolis Reis. Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA e a notificação da violência infanto-juvenil, no Sistema Único de Saúde/SUS de Feira de Santana-Bahia, Brasil. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n.3, p.773-784, 2014